

O PATRIARCALISMO COMO HERANÇA EUROPEIA SOB AS PERSPECTIVAS LITERÁRIA E HISTÓRICA

Neide Amorim Ernesto (UNIGRANRIO)

ernestoneide@gmail.com

Vera Lucia Teixeira Kauss (UNIGRANRIO)

verakauss@gmail.com

RESUMO

A pesquisa demanda cada vez mais trabalhos que discutam temas complexos que estão arraigados em nossa cultura, em forma de preconceito, de tal maneira que a maioria da população brasileira aceita como um padrão normal. O presente artigo apresenta um recorte em nossa história através de textos literários e outros teóricos, analisando a representação feminina na sociedade brasileira. O patriarcalismo será nosso principal foco como herança da matriz cultural europeia e sua influência e implicações em nossa cultura. Serão discutidos, entre outros aspectos, a falsa moral burguesa que ditava regras extremamente rígidas que não permitiam a inserção da mulher como cidadã, haja vista seu espaço delimitado à casa, pois o espaço público pertencia somente ao homem. Visando despertar no leitor uma reflexão profunda acerca do tema exposto, este trabalho mostrará o quanto a literatura, no período romântico, ditou regras comportamentais burguesas que influenciam a sociedade brasileira até nossos dias. Destacará também, dentre essas inúmeras obras, que não foram escritas ao acaso por ocasião da independência, a heterogeneidade em duas obras de José de Alencar: *Senhora e Lucíola*. Mais que iluminar a problemática tratada, essa experiência nos conduz à evidência de questões que foram pesquisadas, à medida que o artigo foi sendo elaborado.

Palavras-chave: Patriarcalismo. Herança europeia. Literatura. História.

1. Introdução

O século XX registrou algumas mudanças nos campos genérico e étnico, mas não o suficiente para que se possa considerar o Brasil um país democrático em relação ao gênero e à raça. Aqui este assunto será analisado através de alguns livros que mostram a situação feminina do século XIX ao XXI. Para tanto, foram utilizadas, como fonte, algumas obras do período romântico que retratam valores herdados dos europeus. Especificamente, trata-se da sociedade patriarcal que rege, através de seus ditames, muitos costumes atuais. Na elaboração do artigo, no que concerne à análise dos costumes burgueses do século XIX, observou-se uma triste realidade: o patriarcalismo permanece vigente em nossa sociedade. Apesar das mulheres, hoje em dia, exercerem a sua profissão, ocuparem a

maioria das carteiras escolares e continuarem responsáveis pelos afazeres domésticos, ainda encontramos preconceitos que as limitam em relação ao espaço e a sua livre escolha de parceiros sexuais, permanecendo a distinção entre a mãe dos seus filhos e a que lhes dá prazer. Outra questão que abordaremos, no texto, será a subdivisão entre a mulher branca e a negra. Neste episódio, abordaremos questões como o espaço público e o confinamento.

2. A literatura romântica do século XIX e os costumes burgueses

A história do Romantismo no Brasil inicia na época da nossa independência. A recente libertação de Portugal urgia por representações culturais próprias que nos identificassem como um país autônomo, que não precisasse do auxílio da metrópole e tão pouco do seu comando. A literatura participou desse intento, no entanto, reproduziu alguns costumes europeus inseridos em nossa pátria enquanto colônia portuguesa.

As mulheres da elite burguesa eram ávidas leitoras desse tipo de texto. Afinal, a moral da época não permitia seu livre fluxo nas ruas, a leitura desses textos era uma forma de distração e até de abstração, haja vista o tipo de vida que a elas era imposta.

Em síntese, assim podem ser esquematizadas as principais características da prosa romântica: sentimentalismo, descrições e adjetivação idealizante para elevar o objeto descrito, linguagem culta em estilo metafórico poético, mulher idealizada, anjo de pureza e perfeição, amor sublime e puro, casamento como objetivo maior de relacionamento amoroso, herói íntegro, (...) personagens planas (...) (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, p. 213)

No entanto, essas características não correspondiam ao estilo de vida imposto às mulheres daquela época, em que o marido exercia plenos poderes sobre a família e a elas cabia, simplesmente, obedecer aquele padrão de moralidade patriarcal. Enquanto meninas jovens se casavam com homens que mal conheciam e que as tratavam como parideiras, já que deveriam dar continuidade à família através de um filho homem, os maridos se divertiam, estuprando escravas ou frequentando prostíbulos. A mulher fingia que não sabia do adultério porque, afinal de contas, a separada não era vista com bons olhos naquela época. Ela passava das mãos do pai para as do marido que era escolhido por aquele. Abaixo, temos a citação do Romantismo Regionalista que se difundiu aqui no Brasil, demonstrando a ideia que se tinha sobre as mulheres e os costumes pelo interior do nosso país. O livro é *Inocência*, de Visconde de Taunay,

e, apesar de não pertencer ao romance urbano, possui os mesmos ingredientes dos folhetins. Aliás, esse tipo de romantismo contribuiu para que se fizessem conhecidos os costumes de um Brasil tão vasto. Infelizmente, a inferioridade feminina não é menor, aliás, na citação abaixo, vemos que, além de tudo, ainda existia uma superstição de que mulher traz mau agouro à casa.

Deus, mulheres numa casa, é coisa de meter medo... São redomas de vidro que tudo pode quebrar... Enfim, minha filha, enquanto solteira, honrou os nomes de meus pais. O Manecão que se aguente, quando a tiver por sua. Com gente de saia não há que fiar... Cruz! Botam famílias inteiras a perder, enquanto o demo esfrega um olho. (TAUNAY, 2011, p. 29-32)

Nesta obra, a mocinha também se apaixona por um homem bom e é correspondida, mas os padrões da época não permitiam que eles ficassem juntos, pois ela fora prometida a outro homem. Neste caso, o final, tal qual em *Lucíola*, é trágico e não há redenção através do casamento, mas sim o assassinato do mocinho.

Esses romances apregoavam um homem que não existia: fazia de tudo pela sua amada, para conquistá-la. Casavam-se por amor e sofriam durante toda a narrativa para, no final, obterem a redenção, que era o casamento e eles seriam felizes para sempre, pelo menos nos folhetins. Mocinhas e mulheres casadas da época deleitavam-se com essa narrativa para preencherem suas vidas com uma realidade inexistente.

As mulheres eram, então persuadidas de que não casar era um insucesso. Fazia-se a diferença entre a solteirona – rejeitada para o casamento – e a solteira, ainda não escolhida, mas, casável. As primeiras ficavam conhecidas como formais, deselegantes e retraídas. “Cair no barrigão” designava “ficar para tia”. Pior, era uma forma de descensão social, que deprimia as moças maduras. (PRIORE, 2006, p. 245)

José de Alencar é considerado o principal autor da prosa romântica brasileira. Sua obra permeou todos os tipos de romance: urbano, indianista, histórico e regional. Só não escreveu a prosa gótica, que teve, como principal autor, Álvares de Azevedo⁸⁸. Destacou-se, principalmente, no romance urbano, em que retratava os costumes burgueses.

⁸⁸ Autor da produção gótico-romântica representada em prosa por *Macário* e em conto por *Noite na Taverna*. Retratava em sua obra um ambiente noturno e degradado. Foi influenciado, principalmente, por Lord Byron. Escreveu também poesias caracterizadas como pertencentes à geração ultrarromântica.

Apesar de sua posição conservadora, possui duas obras em que retrata duas mulheres de personalidade forte e descritas como donas de si mesmas: Aurélia Camargo em *Senhora* e Maria da Glória em *Lucíola*.

Em *Senhora*, observa-se uma personagem que difere das moçoilas sonhadoras, típicas do Romantismo. Aurélia, que recebera uma herança por ocasião da morte de seu avô, torna-se uma mulher independente e em condições de *comprar um noivo*⁸⁹. Assim, o autor nos apresenta uma heroína independente, dona de suas vontades. Características que diferiam da receita dos folhetins da época.

Seus atributos vão além do poder adquirido pelo dinheiro. Alencar nos apresenta uma protagonista que fazia a tarefa do irmão em contabilidade, pois este não demonstra o menor talento para tal. É claro que, para a sociedade, era ele quem fazia o trabalho. Mas Aurélia não se importava com isso. Sua meta era vingar-se do homem que a desprezara. Seu casamento era uma farsa, mas para todos era perfeito. Ela fazia questão que parecesse assim. Queria puni-lo por ter sido rejeitada. Iam aos saraus, dançavam como se fossem os mais felizes da festa, mas os deveres matrimoniais não eram cumpridos. Queria que ele se sentisse rejeitado, experimentando, assim, o sentimento que a tornara uma mulher infeliz, apesar da riqueza.

Alencar foi precursor em traçar mulheres independentes e atreveu-se a descrever homens fracos. A heroína era mais inteligente que o irmão. Fernando dependia financeiramente da mãe e das irmãs para vestir-se de um jeito que não condizia com o seu padrão social. No entanto, o final da trama desenha a mocinha tradicional, cujo sonho é o de cair nos braços do seu amado. E o final é como o dos outros romances: a consumação do casamento como redenção. Todas as moças, na época, suspiravam, querendo ser Aurélia.

No final do enredo, página 235, Seixas ergueu Aurélia e a beijou, quando um pensamento funesto o fez parar, dizendo que não poderia continuar porque não queria a sua riqueza, pois ela os separou para sempre. No entanto, ela abriu o toucador e retirou um testamento. Tirou o lacre e Seixas leu o documento em que ela confessava o imenso amor que

⁸⁹ Na época, as moças eram sustentadas pelos pais e a obrigação de pagar o dote pertencia a eles. O fato de uma mulher ter dinheiro próprio para tal, não era usual. O termo comprar um noivo refere-se à estratégia de vingança elaborada por Aurélia, a fim de punir Fernando que anteriormente, quando ela era pobre, deixou-a por uma moça, cujo pai ofereceu-lhe um dote maior.

tinha ao marido e o instituía seu herdeiro universal. Através de metáforas, o autor narrou a consumação do matrimônio.

Certamente, José de Alencar foi bem ousado na descrição dos personagens: os homens não são retratados como o tradicional mocinho plano, incapaz de uma atitude sórdida, mas como ineficientes para prover o sustento da família, como é o caso do próprio Fernando, e inaptos para o trabalho, que era o perfil do irmão de Aurélia. Um personagem que nos chama a atenção também é o tio de Aurélia que, mais tarde, torna-se seu tutor, mas que na época da pobreza se insinuava para a moça que não percebia até receber sua carta. Aurélia enojou-se com o fato.

Em *Lucíola*, a protagonista é Maria da Glória, moça pura que é obrigada a perder a virgindade para saldar as dívidas da família. No entanto, seu pai a expulsa de casa, pois, para a época, a vergonha dessa atitude era imensa. Ela é obrigada a se prostituir para conseguir o seu sustento.

A sociedade era implacável com as mulheres que perdiam a virgindade naquela época. As cortesãs, então, eram a escória tanto para homens quanto para as mulheres. No entanto, essa moral é forjada, essa respeitabilidade que o homem impunha dentro de casa não era a mesma ao frequentar as casas de prostituição. Lucíola não era uma prostituta comum. Dona de uma beleza inigualável, possuía seu palacete, conquistado com o seu trabalho.

Interessante notar a questão do espaço público que, deveras, classificava as mulheres. Em um trecho do livro, na pág. 19, o personagem Paulo pergunta a seu amigo quem é a senhora que lhe parecia familiar. Seu amigo Sá responde que não se tratava de uma senhora e sim de uma mulher bonita. Paulo compreendeu a resposta e pensou que pelo fato de que ela não estava acompanhada de um pai, marido ou irmão, ele já deveria ter suscitado de que se tratava de uma prostituta.

(...) Homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha, mulher da rua, do *trottoir*, do bordel. O aventureiro é o herói dos tempos modernos; a aventureira, uma criatura inquietante. A suspeita pesa sobre os deslocamentos das mulheres, principalmente das mulheres sozinhas. Alguns hotéis, ciosos de sua respeitabilidade, as recusam: Flora Tristan, quando empreendeu sua "volta da França", passou por uma situação difícil no sul do país. (PERROT, 2007, p. 136)

É interessante utilizar, como citação para os aspectos patriarcais elencados nos livros brasileiros, anotações de uma escritora que analisa a situação da mulher francesa, portanto, europeia. Aliás, a estrutura e a nar-

rativa do Romantismo brasileiro se aproximavam muito da do francês. Ambos são mais dramáticos, diferentemente do alemão.

A questão, na verdade, era apenas se desvencilhar de Portugal, mas não dos costumes europeus. Haja vista que tudo o que fugisse ao padrão daquele continente, era considerado bárbaro. Vejamos o contrassenso: se a época pedia que a cultura brasileira fosse genuína, criando uma espécie de lusofobia, a atitude ideal seria afastar-se do padrão europeu, mas, ao contrário, este tornou-se o parâmetro. Sendo assim, as culturas indígenas e africanas eram - e ainda são - consideradas folclóricas. O padrão de beleza, a religião e a mídia inculcam na cabeça dos brasileiros que o bonito é o que vem de fora. Nossa língua não é valorizada, os livros estrangeiros são os preferidos do público adolescente, os filmes, a aparência e etc.

3. *O patriarcalismo vigente do início do século XIX ao XX*

Traçaremos uma pequena ideia sobre o título acima, pois iremos nos ater ao final do séc. XIX e início do XX, mesmo porque essa ideia de superioridade masculina, não surgiu com a burguesia e muito menos começou nos séculos mencionados.

O patriarcalismo foi uma das heranças europeias deixadas ao povo brasileiro. O lugar da mulher é a casa e o espaço público pertence aos homens. Essa regra faz parte dos ditames da hipocrisia burguesa em que o homem pode tudo. À mulher, cabe obedecer e passar da responsabilidade do pai para o marido. Deve ser fértil para gerar herdeiros, com a obrigação de que um deles, pelo menos, fosse homem para dar continuidade ao nome da família. Ela também deveria fechar os olhos às visitas do marido aos prostíbulos e aos abusos cometidos contra as escravas. Aliás, muitas mulheres se vingavam das negras com castigos horrendos quando o marido estava ausente.

De início, as mulheres parecem confinadas. A sedentariedade é uma virtude feminina, um dever das mulheres ligadas a terra, à família, ao lar (...). Para Kant, a mulher é a casa. O direito doméstico assegura o triunfo da razão; ele enraíza e disciplina a mulher, abolindo toda vontade de fuga, pois a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar. (PERROT, 2007, p. 135)

É claro que estamos nos referindo à mulher branca, pertencente à elite, pois as realidades entre os gêneros, levando em consideração a cor e o nível social, eram bem diferentes. No início do século XX, durante a

escravidão, e após, as mulheres negras e mestiças eram consideradas duplamente inferiorizadas. Havia a questão do gênero e da cor. O tratamento não era homogêneo.

Em relação ao espaço, observamos que durante a escravidão e após a Abolição, as mulheres negras circulavam pelas ruas sem restrições, já que não eram consideradas símbolos de pureza. Exerciam o comércio que aprenderam na África e lhes fora passado por gerações. Muitas conseguiam amediar dinheiro suficiente para comprar suas cartas de alforria e outras, após enriquecerem, compravam suas próprias escravas e as deixavam em seus testamentos como herdeiras.

Ana foi escrava de outra mulher, preta forra, ambas da Costa da Mina. Talvez como sua ex-senhora, talvez ensinada por ela, conseguiu se alforriar pagando pela liberdade com recursos de sua “própria indústria e trabalho”, conforme declarou em seu testamento, de 1798. Chamava-se Ana Teixeira Guimarães e tinha mais de 60 anos quando morreu, em Mariana, Minas Gerais. (FARIA, 2012, p. 26-29)

Sobre a questão da compra da própria alforria, esse empoderamento que algumas escravas detinham, é conhecido através de inventários. Esses documentos eram ditados por pessoas geralmente desengañadas pelos médicos. Existe uma dificuldade em obter informações sobre esse talento em relação ao comércio vindo da África, porque a escola sempre possuiu o perfil de contar a história dos países conquistados sob a visão do Europeu.

Essa prática de comércio já acontecia na África antes da invasão europeia. Existiram sociedades formadas e desenvolvidas antes da chegada do Europeu no século XV. Há tempos a história é reproduzida de forma errônea inculcando o padrão de comportamento europeu nos países colonizados, estes passam a existir, segundo esses livros, apenas após a conquista. Aprendemos a ser preconceituosos com a cultura que não seja europeia. Assim, as piadas de mau gosto, os preconceitos e os mitos inserem-se em nós de forma natural. Até hoje, os brasileiros não se enxergam como negros e, quando o censo questiona sua raça, a tendência é responder branco ou pardo. E, como somos constituídos por uma população mestiça, mesmo não aparentando fisicamente, a maioria se declara branca.

E o que dizer da personagem Clara dos Anjos que fora criada como uma moça branca? Tinha as mesmas expectativas e desconhecia essa diferença genérica e racial da época. Fato que lhe causou muito sofrimento, pois a proteção dada pelos pais para que ela não sofresse com a reali-

dade, causou a maior desgraça que poderia acontecer a uma moça naquela época: engravidou de um crápula. A descoberta de que não havia um tratamento homogêneo, genérico e racial ocorreu tarde demais.

A falsa moral burguesa também não permitia que a mulher fosse tocada. Os médicos, dentistas e agentes da saúde tinham uma imensa dificuldade em lidar com isso. Eles eram vistos com desconfiança e tidos como perigosos. Os partos eram feitos por parteiras e, quando havia dificuldade, chamavam o médico. Este utilizava um manequim para que a mulher apontasse onde doía, pois não poderia tocar na mulher. E isto tudo sempre acompanhada do marido.

apesar das resistências, havia situações em que a atuação do médico era indispensável, como nos casos de partos mais complicados. Para evitar um contato físico mais próximo entre médico e paciente eram empregados manequins, nas quais as pacientes indicavam o local aproximado da dor (...). (MARQUES, 2005, p. 51)

Outro exemplo discriminatório, era o crime em defesa da honra, muito comum na época. O adultério era um crime escabroso naquela época. Isto é, se fosse cometido pela mulher, pois, como sabemos, os homens, que tinham livre acesso ao espaço público, possuíam suas amantes e frequentavam prostíbulos e a mulher, mesmo sabendo, calava-se. Em *Clara dos Anjos* há o caso do marido que flagra Cassi Jones com a mulher e a mata. Tentou executá-lo, mas não conseguira porque o amante fugira.

Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa, que enche de indignação. O esquecimento de que elas são, como todos nós, sujeitas, a influências várias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, os seus gostos, os seus amores, é coisa tão estúpida, que, só entre selvagens deve ter existido. Todos os experimentadores e observadores dos fatos morais têm mostrado a inabilidade de generalizar a eternidade do amor. Pode existir, existe, mas, excepcionalmente; e exige-la nas leis ou a cano de revólver, é um absurdo tão grande como querer impedir que o sol varie a hora do seu nascimento. (BARRETO, 1956, p. 33)

Enfim, uma época em que havia uma série de regras que vitimava, principalmente, as mulheres. Hoje, uma série de acontecimentos faz-nos refletir se, em pleno séc. XXI, evoluímos como seres humanos e se há um entendimento de que o espaço público pertence a ambos os sexos. Ainda ouvimos comentários misóginos tanto por parte do homem como por parte da mulher a respeito do horário em que alguma vítima de estupro estava na rua ou o tipo de roupa que usava.

4. A violência contra as mulheres

As formas de violência contra as mulheres podem ocorrer através do controle sobre ela. A restrição da liberdade e da sexualidade é uma delas. A mulher é controlada através de costumes patriarcais e das leis jurídicas. No código civil brasileiro de 1916, o homem, dentro de uma hierarquia familiar, constituía-se o chefe e provedor daquele nicho. A mulher deveria ser virgem e se sujeitar ao cônjuge. Essa questão faz parte, de forma explícita, no Novo Testamento, na carta de Paulo aos Efésios.

As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. (...) Assim também os maridos devem amar a sua mulher como o próprio corpo. Quem ama a esposa a si mesmo se ama. (Efésios, cap. 5, versículos 22-28)

É interessante observar que o mesmo versículo fala sobre a obrigação de ambos, mas o resultado é que, até hoje, diante da violência contra a mulher, podemos ver que o agressor não inculcou na cabeça a sua obrigação.

Permitidos, assim, pela lei e a religião cristã, interpretada de acordo com a conveniência de quem quer usá-la para oprimir determinado segmento da sociedade, neste caso, as mulheres, observa-se que se estabelece uma espécie de classificação das mulheres como santas e prostitutas, impedindo-as de frequentar lugares públicos sem estarem acompanhadas. Sua sexualidade é reprimida e aquela que se atrevesse a burlar as leis da época, era considerada pária da sociedade, justificando a violência contra a mulher.

Os códigos criminais, da época do império e da república, apesar de terem afastado o direito do marido de “matar sua mulher por encontrá-la em adultério”, tal como previsto nas *Ordenações Filipinas*⁹⁰ que vigoravam no Brasil até 1840, não tiveram força para mudar a cultura jurídica e as práticas sociais. (BARSTED, 2011, p. 106)

⁹⁰ As *Ordenações Filipinas* ou *Código Filipino* é uma compilação que resultou da reforma do *Código Manuelino*, por Filipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), durante o domínio castelhano. Ao fim da União Ibérica (1580-1640), o *Código Filipino* foi confirmado para continuar vigendo em Portugal por D. João IV. No que diz respeito ao adultério, as *Ordenações Filipinas* (Livro V, tit. XXXVIII) estabelecem que: "Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero". O *Código Criminal Brasileiro* de 1830 nos arts. 251 e 252, ameniza esta punição estabelecendo que o homem casado ou a mulher casada que cometer adultério será punido com prisão temporária. Mas na prática não era bem isto o que ocorria. Enquanto que para a mulher era suficiente um desvio, um indício, para o marido era necessário o concubinato.

Esses ditames culturais não estão mais presentes na lei, porém, com o tempo, tornam-se naturais e o próprio discurso do brasileiro é cheio de preconceitos, favorecendo a violência que permeia até os dias de hoje a nossa sociedade. Essa cultura misógina inserida no comportamento do homem e da mulher, no Brasil, está tão arraigada que se tornaram banais comentários que justificam o cerceamento do espaço em que ela permeia, suas roupas, seu linguajar, suas amizades com homens, gerando aquelas rodinhas de amigos que fazem comentários desagradáveis a respeito do seu corpo e do seu possível comportamento no sexo. As mulheres ainda são criadas para se sentirem constrangidas quando são assediadas e isso estimula os homens a continuarem com esse comportamento como se fosse normal. É a banalização da misoginia.

As ocorrências de violência doméstica, mesmo com a Lei Maria da Penha, continuam existindo porque os homens sentem-se donos das suas esposas ou namoradas. A pecha de homem traído também é muito forte e as mulheres não denunciam as agressões por uma série de fatores: envergonham-se em se expor, muitas vezes a aplicação da lei não coíbe o homem em se vingar e também porque muitas acreditam que eles podem mudar.

Mensurar a violência contra as mulheres esbarra em muitos obstáculos que começam na aceitação, na naturalização ou banalização desse fenômeno, contribuindo para a histórica subnotificação dos eventos em geral e, especificamente, daqueles de natureza sexual ou praticados no âmbito doméstico. (BARSTED, 2011, p. 106)

Em *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, e em *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, observa-se o crime em defesa da honra, em momentos diferentes da sociedade brasileira. No início da narrativa, Lima relata uma das “proezas” de Cassi Jones, ao ser pego em flagrante pelo marido de uma de suas conquistas. A mulher morreu cravejada de balas, mas o rapaz conseguiu escapar. Jorge Amado retrata o coronelismo da Bahia e a maneira como os homens tratavam mulheres e filhas. Em sua narrativa, destaca a morte de Dona Sinhazinha, assassinada por seu marido ao encontrá-la com outro.

Em uma de suas crônicas: *Por favor, não as matem*, Lima Barreto se mostra à frente de seu tempo por criticar dois crimes ocorridos em sua época: um noivo que não se conformava com o compromisso rompido e um outro, ocorrido no Carnaval. Lima tece comentários em defesa da mulher que não eram comuns naquela época. É interessante mencionar que o próprio autor se denominava antifeminista, mas a sensibilidade

com que escolhe as palavras para falar do assunto é admirável, mostrando-o como um homem à frente do seu tempo.

Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada; mas o certo é que estes não nos arrebataam senão o dinheiro, enquanto esses tais noivos assassinos querem tudo que é de mais sagrado em outro ente, de pistola na mão.

(...)

O esquecimento de que elas são, como todos nós, sujeitas a influências várias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, os seus gostos, os seus amores, é coisa tão estúpida, que, só entre selvagens deve ter existido. (...) (BARRETO, 1953, p. 32)

5. *As marcas do patriarcado na divisão sexual do trabalho e sua correlação com a pobreza*

As diferenças entre os salários de homens e mulheres que exercem a mesma função, ainda é imensa em vários setores. A afirmativa acima parece infundada, já que a maior parte das carteiras escolares do mais baixo ao maior grau de escolaridade é ocupada por mulheres.

O número de mulheres que exerce o cargo de chefes de família por desemprego do marido ou por este ter abandonado o lar também cresce a cada dia. Tanto que os projetos sociais recebem, na maioria das vezes, o nome da mãe no cartão. Segundo Barsted (2011, p. 54): “Na perspectiva feminista, a persistência da divisão sexual do trabalho, aliada à pobreza e exclusão, são fenômenos que atingem de formas diferenciadas os sexos”.

A questão da dupla jornada também está atrelada à cultura paternalista. As mulheres trabalham, estudam e ainda são responsáveis pelo bem-estar da família, incluindo a criação dos filhos e o funcionamento da casa, ainda que ela divida as despesas.

A subdivisão dentro do gênero feminino também acentua os índices de pobreza. Se a mulher exerce sua profissão, precisa de alguém que cumpra suas atividades domésticas. Estas funções, geralmente, são feitas por pessoas de classe social inferior, que recebem salário mínimo: as chamadas empregadas domésticas. O perfil desta mulher é o de moradora de periferia, negra e de baixa escolaridade.

A divisão entre as mulheres propiciada pelos avanços desiguais na escolaridade e a criação de um mercado de executivas e gerentes ainda é pequeno,

mas suficiente para a permanência de uma difícil conciliação entre família e profissão. A solução encontrada é que as mulheres bem-sucedidas no mercado de trabalho podem contratar outras mulheres para substituí-las nos afazeres e cuidados domésticos. Assim, as mulheres podem ir para o mercado de trabalho desde que a conciliação seja feita pela delegação destas tarefas para outras mulheres. (MELO & SABATO, 2011, p. 57)

Por fim, urge que a justiça social se faça no âmbito genérico e racial, pois não há como analisar a situação feminina, no mercado de trabalho, senão houver a separação entre a mulher branca e a negra, desde os primórdios até os dias de hoje.

6. Conclusão

Este trabalho possui o grande desafio de apontar as discriminações genéricas que são absorvidas pelo povo como herança de uma sociedade patriarcal, hipócrita e excludente. Curiosamente, a literatura brasileira, que não foi produzida ao acaso, assim como outras expressões culturais após a independência, teve a incumbência de criar uma ilusória lusofobia para que os brasileiros se distanciassem cada vez mais de Portugal. Até mesmo o índio (termo inventado pelos europeus) foi consagrado como herói nacional. No entanto, era um índio idealizado. Capaz de viver em uma casa de brancos, como Peri, em *O Guarani*. O negro foi descartado como herói, pois precisavam do trabalho escravo. Ora, se Portugal era um país europeu e a ordem vigente era distanciar-se dos seus padrões culturais é, no mínimo, estranha a inserção dos ditames burgueses europeus nos livros românticos. Se aqui coexistiam as três raças, as três culturas deveriam ser mencionadas para que pudessem ser aceitas com naturalidade pelos brasileiros.

Por isso, deve-se produzir cada vez mais trabalhos acadêmicos apontando as mudanças ocorridas através dos tempos e passar adiante esta incumbência para a geração posterior, que seguirá neste trabalho árduo que é o reconhecimento da discriminação de gênero. Não se pode esquecer que eles são mais acirrados quando se trata das mulheres negras. O primeiro passo para que isso aconteça é não criar a ilusão da harmonia genérica e, principalmente, étnica que fazem a população achar normal essa divisão entre os sexos e as raças. No caso da mulher negra, existe a situação da dupla subalternidade, que ainda nos assombra apesar de tanto tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

_____. *Lucíola*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

ALMEIDA, João Ferreira (Trad.). *Bíblia sagrada*. Novo testamento @copyright. Fonte de bênçãos. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.

BARSTED, Leila Linhares. Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. In: _____. *Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

BARRETO, Lima. Por favor, não as matem. In: _____. *Vida urbana*, 1915. Disponível em:
<<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/LimaBarreto/cronicas/naoasmatem.htm>>.

FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas. Testamentos e inventários de escravas alforriadas revelam talento para os negócios com base nos ensinamentos que trouxeram da terra natal 01/03/2012. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Africanos. Muito além da escravidão, ano 7, n. 78, p. 26-29, mar.2012.

LAVINAS, Lena. Salariat, precarité et convergences dans les sexes dans le marche du travail. In: *Congrés International 40 ans de Mouvement Feministe – Le féminisme a l’épreuve des mutations géopolitiques*, Paris, França, dezembro de 2010. Disponível em:
<www.dailymotion.com/user/40ansdemouvement/1>. Acesso em: 04-01-20016.

MAGALHÃES, William Roberto; CEREJA, Theresa Cochar. *Português: linguagens*. São Paulo: Atual.

MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de senhoras no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto di. *Divisão sexual do trabalho e pobreza em autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto. 2007.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

TAUNAY. Visconde de. *Inocência*. São Paulo: Ática, 1984.